

A LUTA PELA MORADIA E OS ESTUDOS CULTURAIS: Invisibilidade e silenciamento em Palmas –TO

Eduardo José Silva Lima¹

Resumo

A negação de acesso ao direito à moradia acarreta reações de movimentos sociais que resistem a um planejamento urbano que invisibiliza a população em vulnerabilidade habitacional. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de resistência contra processos segregadores como: grilagem de terras, especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para população pobre. Partimos do pressuposto que os problemas referentes ao déficit habitacional em Palmas devem-se não a uma condição natural ou ocasional, mas sim o resultado de condições sócio culturais. De alicerce teórico partiremos de uma perspectiva teórica do materialismo cultural, com foco nos autores dos Estudos Culturais como Raymond Wyllians, Richard Hoggart, Edward P. Thompson, Stuart Hall e Terry Egleaton que entenderam a cultura como objeto de estudo de formas plurais havendo aproximações e distanciamentos entre eles. As discussões conceituais serão aliadas a análise de fontes, periódicos, onde colocamos em prática interpretações do passado que expõem discursos sobre a cidade. Por fim, há uma proposta de entender o problema da habitação de forma mais ampla no sentido de novas perspectivas de recorte temporal e escala de possibilidades.

Palavras-chave: **Luta pela moradia; Silenciamento; Invisibilidade; Resistência; Estudos Culturais.**

Abstract

The denial of access to the right to housing leads to social movements that resist an urban planning that makes invisible the population in housing vulnerability. As part of the city, as urban occupations that use the most visible example of resistance to segregating processes such as land grabbing, real estate speculation, state violence, applied inequalities and insufficient housing policies for the poor. We assume that problems related to housing deficits in Palmas should not have a natural or occasional condition, but rather the result of cultural social conditions. Appreciating theoretically from a theoretical perspective of cultural material, focusing on the authors of Cultural Studies such as Raymond Wyllians, Richard Hoggart, Edward P. Thompson, Stuart Hall and Terry Egleaton who understand culture as an object of study of plastic forms, making approximations. and distances between them. The conceptual discussions will be allied to the analysis of sources, periodicals, where we put into practice interpretations of the past that expose discourses about the city. Finally, there is a proposal for a broader understanding or problem of accommodation in the sense of new perspectives of temporal clipping and scale of possibilities.

Keywords: **Fight for housing; Silencing; Invisibility; Resistance; Cultural studies.**

*Todo munda busca
Ninguém acha você
A cidade assusta, mas vai amanhecer
Você já passou por mim (passou)
E nem olhou pra mim
Acha que eu não chamo atenção (acha)
Engana o seu coração
(Invisível – Baiana System)*

¹ Eduardo José Silva Lima é mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, atualmente exerce atividade docente na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS e estudante de doutorado em História na Universidade Federal de Goiás – UFG. Contato: Eduardo.js@unitins.br

O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos.

(Edward Palmer Thompson).

A questão da habitação no Brasil, na verdade a vulnerabilidade habitacional, é debatida por muitas ciências de formas diversas, dentre desse contexto são levantados argumentos estruturais, legislativos, morais, sociais, mas pouco se debate o problema partindo de um horizonte teórico cultural. Nas citações acima identificamos dois problemas que serão discutidos nas linhas que seguem esse artigo, são eles: invisibilidade e silenciamento. Estruturas econômicas, sociais e políticas são utilizadas como recursos comuns para entender o déficit habitacional em grandes cidades brasileiras, todavia pretendemos propor uma análise cultural sobre a temática utilizando como aplicação o caso da cidade de Palmas-TO.

Não há aqui um esforço em abandonar estruturas analíticas anteriores, o sentido é contrário, dentro de uma perspectiva que inclua nas interpretações do passado contextos culturais que contribuem para tomada de decisões. Para isso a pretensão é pensar novos questionamentos partindo de um aporte cultural que tenha em conta efeitos como invisibilidade e silenciamento sendo a vulnerabilidade habitacional o objeto de análise. De horizonte teórico tomamos como inspiração autores ligados, ao que comumente ficou conhecido, aos Estudos Culturais. Intelectuais como Raymond Wyllians, Richard Hoggart, Edward P. Thompson, Stuart Hall e Terry Egleaton tomaram a cultura e práticas culturais como objeto de estudo interdisciplinar e, portanto, plural havendo aproximações e distanciamentos entre eles. Sendo a cultura objeto que os une a ideia é trazer essa problemática para o campo da vulnerabilidade habitacional, pensando essa como uma forma de aplicar concepções teóricas que acarretem ações práticas numa perspectiva de mudança social.

A contribuição dos Estudos Culturais vem no sentido alavancar a cultura como um objeto de estudo não só possível, como necessário ao entender que aspectos referentes à consciência e experiência como partes das diversas dimensões da vida humana. Ao realizar uma crítica a um conceito doutrinário de cultura houve uma busca por pluralizar as vozes dos marginalizados contrariando uma sociologia conservadora inglesa. O questionamento da sociedade moderna se dava por meio do papel da cultura que seria um campo permeado por disputas e tensões nos movimentos de afirmação e questionamento de práticas culturais. A grande contribuição dos Estudos Culturais foi uma nova epistemologia histórica que valoriza,

também, a análise de aspectos culturais na produção dos conhecimentos científicos nas ciências humanas.

Partindo do ponto que a cultura é um campo de conflito entendemos que dentro dessa relação de poder a classe trabalhadora tende a ter suas práticas culturais e suas demandas sociais invisibilizadas e silenciadas por uma hegemonia sustentada por extratos socialmente privilegiados. O Brasil, em geral, possuiu historicamente problemas com habitação, a negação do direito à cidade, foi à tônica da expansão de muitas cidades brasileiras. Neste artigo serão utilizadas informações de pesquisa desenvolvida sobre a luta pela moradia na cidade de Palmas-TO, última cidade planejada do século XX no Brasil. Na capital do Tocantins temos um processo semelhante de segregação social, mas com características peculiares. Muitas cidades reformularam seus centros urbanos expulsando a população pobre para regiões periféricas, Palmas nasce dentro dessa lógica. Sendo a população de baixa renda, como os operários que vieram para trabalhar na construção da cidade, impedida de ocupar as áreas centrais do plano diretor. Assim ocuparam regiões periféricas como Taquaralto e Taquari². Fruto de uma política urbana capitalista a cidade de Palmas responde uma lógica do sistema: a segregação social. Desde o início da construção da cidade podemos perceber por parte do aparelho estatal uma divisão desigual dos equipamentos públicos que perduram até hoje. Quanto mais próximo ao centro da cidade mais acesso, quanto mais longe menos facilidades de acesso.

Como forma de questionamento de uma hegemonia nasce movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses surgem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas do Movimento de Luta pela Moradia em Palmas. Esse foi fundado em 1995, suas lideranças eram ligadas a pastorais sociais da Igreja Católica, as organizações estudantis e aos partidos de esquerda. No ano de 1994, é travada uma luta muito grande pela ocupação do centro norte da cidade, o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas apenas com grandes projetos imobiliários. O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de organização, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquista de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

² Regiões que ficam cerca de 25km do centro do plano diretor.

A partir das informações acima é possível perceber que a segregação social em Palmas não é natural, tampouco obra do acaso. Desde sua planta inicial a cidade nasce para ser desigual, para favorecer automóveis e não pedestres, para favorecer o transporte privado e não público e para atender interesses imobiliários em detrimento da população que a construiu. O desafio está em questionar o que é considerado evidente por um número expressivo de pessoas em dada época, em dado lugar. Desafio este um tanto maior quando se refere a sujeitos simples, às pessoas comuns, que construíram e vivenciaram a construção da cidade, pois se sabe que eram, no geral, analfabetos, iletrados, viviam sob intensa vigilância das autoridades governamentais e dos segmentos sociais dominantes. Restringindo sua capacidade de se expressarem, de verbalizarem e de registrarem seu fazer, pensar e sentir. Mas que, no entanto, não a inviabilizaram.

Em recente publicação os historiadores Jo Guli e David Armitage, *Manifesto pela História*, reacenderam a discussão em torno de uma produção historiográfica na perspectiva de uma longa duração. Sendo os historiadores os mais capacitados para lidar com os movimentos e pluralidade temporal os autores defendem que alguns objetos sejam tratados com lastros temporais mais significativos como o caso das desigualdades e meio ambiente. É nesse sentido que traremos uma reflexão que talvez possa explicar como a cidade de Palmas nasce velha, no quesito direito à moradia, já que conta com os mesmos problemas de vulnerabilidade habitacional que cidades centenárias. Portanto, há um conjunto racional de escolhas que reproduzem uma lógica excludente de cidade desde seu projeto.

Os Estudos Culturais e as disputas na cidade.

Fruto de debates ocorridos junto à classe trabalhadora, através da WEA (Worker's Educational Association), os estudos culturais, na figura de intelectuais como Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson apresentam um entendimento de forte questionamento a formulações existentes sobre o papel da cultura nas sociedades. Para isso defendem a cultura como um campo privilegiado para analisar disputas, tensões, silenciamento, invisibilização, como também, valores e significados sociais. Em seu livro referente aos Estudos Culturais a professora Maria Elisa Cevalco, *Dez lições sobre os Estudos Culturais*, destrincha essa proposta teórica do grupo:

A posição teórica dos estudos culturais se distingue por pensar as características da arte e da sociedade em conjunto, não como aspectos que devem ser relacionados, mas como processos que têm diferentes maneiras de se materializar, na sociedade e na arte. Os projetos artísticos e intelectuais são constituídos pelos processos sociais, mas também constituem esses processos na medida que lhe dão forma. Os projetos mudam no decorrer das

modificações sociais e devem ser estudados sempre como formas sociais. (CEVASCO, 2003. Pág64)

Podemos observar esse direcionamento para entender como as formas de vida de uma sociedade, sua cultura, moldam os seus projetos e obras. Assim um grande desafio do grupo foi aliar sua formação teórica ao materialismo cultural refinando a interpretação de que as estruturas econômicas determinam as práticas culturais. Portanto, uma questão central é considerar as contribuições do materialismo histórico eliminando o idealismo descritivo entendendo as práticas culturais como uma realidade inserida em um processo social. Por isso há um interesse por uma cultura da classe trabalhadora entendendo-a como forma de resistência, como também, ressignificação e aceitação a elementos de uma cultura capitalista excludente.

Há a intenção de confrontar categorias basilares no entendimento de cultura, uma cultura de minoria, entendida como tradicional da sociedade inglesa, e a cultura dos comuns, que se opõe a uma visão elitista de cultura. A cultura seria um campo de disputas capaz de expor as contradições e desigualdades de classes, logo, ao entender essas contradições é possível criar estratégias de combate. Já que a cultura perpassa diversas esferas da vida humana desde a formação social, econômica e política. A base dos estudos culturais é analisar as produções por via cultural levando em consideração os fatores citados acima, o desenvolvimento cultural passa a fazer parte do cenário de lutas sociais.

Após a experiência com educação popular na WEA Willians, Thompson e Hoggart foram absorvidos por universidades inglesas. Em 1964 Hoggart funda o Centro de Estudos de Culturais Contemporâneos na Universidade de Birmingham e a partir daí houve uma institucionalização do grupo favorecendo uma vasta produção. Mesmo florescendo dentro da universidade o grupo não abandona as relações com a sociedade estabelecendo pesquisas entre os grupos sociais. É através da análise de estruturas culturais que questões sociais são interpeladas, condições como racismo e machismo entram nas pesquisas como forma de entender pra combater visando uma sociedade mais justa e democrática. A cultura seria envolta de processos de dominação e controle em busca de uma hegemonia que exclui práticas sociais de grupos que já são marginalizados socialmente e economicamente.

Um dos conceitos estruturais dos Estudos Culturais é o de hegemonia de Raymond Willians, segundo esse:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido

de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirma-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes. (WILLIAMS, 1979. Pág.113)

Williams compreende a hegemonia como um processo, logo é constituída socialmente. Além disso, não existe dominação uma, sempre há resistências uma contra hegemonia ou hegemonia alternativa. Na hegemonia a ordem dominante cria estratégias de legitimação que geram contra posições garantindo os movimentos dos processos histórico culturais.

O campo cultural detém em sua constituição inter-relações bastante complexas, identificadas por sua dinamicidade dotada de múltiplas temporalidades. Aproximando essa questão do nosso problema de estudo, a cidade de Palmas, observamos as relações dos processos culturais, pois há uma cidade projetada sob a égide cultural liberal burguesa, mas que está inserida em um contexto histórico da Constituição de 1988 considerada como cidadã em diversos aspectos. Dentre esses a questão da moradia, identificamos uma cultura dominante muito ligada ao liberalismo, comércio de terras e especulação imobiliária que, na prática, altera diversas vezes o projeto de construção da cidade mais ligado a uma força emergente de justiça social e garantia de direitos constitucionais. Há ainda uma força residual que entende a terra como única fonte de produção de riqueza e que valoriza o acúmulo de grandes propriedades de terras, promovendo no imaginário social a propriedade privada da terra como garantia de controle dos meios de produção.

O acesso à propriedade da terra é uma questão econômica e social, todavia a perspectivas em torno da terra contém valorações culturais importantes. O significado da posse e a forma como ela é entendida dentro do imaginário social acarreta procedimentos práticos na esfera pragmática como, por exemplo, no planejamento urbano da cidade. Disputando a hegemonia da cidade de Palmas encontramos um grupo dominante que entende a cidade como uma expressão do modelo capitalista de produção, ou seja, a terra é uma mercadoria que se torna capital ou especulação para tal. Como posição emergente temos uma parcela da população que se inspira na Constituição que garante o direito à moradia e à cidade, esse grupo vai ao enfrentamento contra um planejamento urbano excludente que segue um horizonte teórico que guia as grandes cidades brasileiras onde moradia é um direito que só é garantido a quem é privilegiado economicamente. Em uma via residual identificamos uma elite agrária rural que pretende ter o monopólio da terra com fins agropecuários mesmo se tratando de uma zona

planejada para ser uma cidade moderna. Esse elemento residual em muitos pontos converge com a perspectiva dominante, está ativo nesse processo cultural mesmo sendo ligado a um passado onde a economia brasileira estava majoritariamente no campo, na monocultura e na mão de obra escrava.

A cultura dominante e a emergente estão ligadas a um processo dinâmico de circularidade cultural almejando uma hegemonia, mas não podemos entender uma hierarquia nessa relação, mas sim interdependência transformadora. Como dominante entendemos a forma que perceber a terra como uma mercadoria dentro de um mercado capitalista que transforma não só a terra em produto, mas como um meio de especulação criando um mercado além do real. Na perspectiva emergente temos a população em vulnerabilidade habitacional lutando pela garantia do direito a moradia recém adquirido por meio da Constituição de 1988, uma noção de cidade democrática e inclusiva que vai além do poder econômico. Todavia, além dos aspectos econômicos e sociais temos o valor cultural influenciando diretamente no planejamento urbano da cidade, da mesma forma que a cultura é um campo de conflito a cidade passa a ser palco de disputas culturais, mas também de luta por sobrevivência dentro da cidade.

O importante é ficar claro que aspectos culturais não estão dissociados das questões econômicas e sociais, portanto as disputas dentro da cidade são também de ordem cultural. Esta influência no planejamento urbano de Palmas, quando esta se torna uma capital segregadora, mas força também sua participação quando organizações emergentes criam rupturas no planejamento urbano que as invisibilizavam. As formas de dominar e reagir são aspectos culturais relevantes para entender as estratégias dos grupos que disputam a cidade, pluralizar esses testemunhos é um caminho que vislumbra um entendimento diversificado do passado e do presente.

Com base no materialismo cultural o filósofo inglês Terry Eagleton dedica um livro inteiro para discussão do conceito de Ideologia. Ideologia, a obra, foi publicada em 1991, contudo nada indica que a discussão sobre esse conceito esteja pacificada no Brasil, muito pelo contrário há inúmeros usos do mesmo que extrapolam os muros da academia e invadem o discurso político e nem sempre com a rigidez epistemológica necessária. As controvérsias que giram em torno do conceito de ideologia se dão justamente pela polifonia semântica assumidas ao longo do tempo, o que acarreta usos indefinidos e abstratos. Atualmente seu uso no campo político tem sido no sentido de fins retóricos com objetivo de execração de adversários políticos. Acusar de “fim ideológico” serve como persuasão política para desqualificar qualquer proposta política, a não política com pretensão a hegemonia não lida bem com o contraditório democrático.

Alhures os sentidos e não sentidos políticos, Eagleton constrói o conceito de Ideologia de forma acadêmica, entendendo que não seria um simples conjunto de subjetividades abstratas, mas sim um elemento constitutivo de cada indivíduo, parte de nossa formação identitária. Ideologia seria, para Eagleton, “um conjunto de pontos de vista que por acaso defendo; esse ‘acaso’, porém, é, de algum modo, mais do que apenas fortuito, como provavelmente não o é minha preferência quanto a repartir meu cabelo ao meio” (EAGLETON, 1997. p. 31). Não podemos confundir ideologia com preferências pontuais, esse conjunto de crenças são funcionais para os grupos sociais e representam papéis e funções sociais relevantes, todavia não são elementos estáticos ou engessados, são plurais e heterogêneos configurando intersecções complexas.

Ideologia não é uma ilusão sem fundamentos. Mesmo que imaginemos um grupo de pessoas que tem em comum a vulnerabilidade habitacional e que nesse grupo os integrantes desconheçam o dever do estado de promover solução para esse problema e pensem se tratar de problema individual de resolução pessoal, isso não altera o fato de que a ideologia capitalista que individualiza problemas econômicos coletivos acarreta privilégios a um determinado extrato social economicamente favorecido. Assim, compreendemos a ideologia como algo que extrapola os limites culturais estando necessariamente atrelada, também, as esferas política e social. Mesmo aceitando que existe uma ideologia dominante não há poder que não seja contestado, portanto, não é possível que os indivíduos sejam inexoravelmente passivos de alienação completa. Terry Eagleton reforça a postura de que não há ideologia hegemônica que não tenha que lidar com contradições ou fissuras, seria impossível uma manipulação das massas que garantisse 100% de eficácia. Grupos sociais marginalizados preservam práticas culturais próprias que garantem uma autonomia, muitas vezes sendo formas de resistência.

Cidade, planejamento e resistência.

Neste tópico faremos análises sobre estratégias de resistência utilizadas para romper com uma lógica capitalista de planejamento urbano que tende a excluir pessoas economicamente desfavorecidas. A cidade não é apenas uma reunião de edifícios cortados por grandes avenidas, a esta competem outras atribuições das quais questões meramente técnicas não são capazes de abarcar. “É preciso entender esse espaço como lugar do vivido e como lugar do fazer histórico” como afirma o historiador Jiani Fernando Langaro (LAGANGARO, 2009, 47) ao estabelecer uma conexão entre o conceito de espaço dentro da perspectiva histórica. A necessidade de perceber as pessoas como o único sentido das cidades é primordial, pois prédios não constituem cidades, pessoas vivem a cidade.

Dedicando-se aos estudos sobre resistência de classes subordinadas é possível perceber costumes e comportamentos inferiorizados, mas que projetam a formação de uma identidade sociocultural. Uma História Social da Cultura fundamentada nas teorias do historiador inglês Edward Palmer Thompson é uma História que valoriza a resistência social, atrelada aos costumes, tradições, cotidianos, vivências e experiências das classes populares em um contexto histórico específico, em um local definido, nesse caso a cidade de Palmas. Utilizando como fonte o Jornal do Tocantins, de grande circulação na cidade de Palmas na década de 1990, trataremos de identificar e analisar estratégias de resistência no tocante à questão da vulnerabilidade habitacional e ações de movimentos de luta pela moradia.

O início da expansão urbana da cidade de Palmas foi motivado por interesses imobiliários de empresas privadas e pela tentativa de empurrar as populações pobres para outras áreas de menor valor, distantes do centro. As áreas centrais eram reservadas para suprir as necessidades de moradia de uma classe mais abastada, que nunca chegou a ocupá-la por completo. Durante o processo de ocupação de Palmas o estado do Tocantins foi o maior detentor de terras da cidade, esses terrenos eram vendidos e o dinheiro reinvestido em infraestrutura para cidade. Muitas empresas investiram na compra desses terrenos, mas não os revendiam esperando um retorno maior de seus investimentos, por conseguinte, também não investiam em infraestrutura. Essa situação foi criando um círculo vicioso e uma enorme especulação imobiliária, o que acabou obrigando as pessoas de baixa renda a residir em locais periféricos, sendo negado o direito à cidade que estavam a construir e que tinha se tornado seu lar.

Durante os anos 1990 o estado do Tocantins, utilizando de força policial, impediu migrantes de acessarem as áreas centrais da cidade desde sua chegada. Os ônibus só poderiam ir até a rodoviária construída no extremo sul do plano diretor, não por acaso, mais próximo à periferia do que do centro da cidade. Precisamente nessa área surgiram expansões não planejadas de Palmas, originadas da necessidade de moradia dos trabalhadores, que ficaram excluídos geograficamente da cidade. Essa desigualdade social promoveu ainda uma diminuição no poder aquisitivo dessa população, fazendo com que fosse muito caro habitar em local mais centralizado. A cidade tornou um povoamento extenso em território, porém com uma densidade muito baixa, encarecendo o custo de vida e a própria urbanização. O método adotado pelo governo: horizontal, linear, disperso e de baixa densidade, foi e ainda é um dos maiores problemas da Administração Pública.

Contudo, nasceram movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses surgem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca

da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas dos movimentos de luta pela moradia em Palmas. Em matéria intitulada “Invasores são expulsos de uma área municipal” publicada no Jornal do Tocantins podemos identificar qual a postura do jornal diante dessa problemática, segue:

O mestre de obras Antonio Pereira dos Santos, que está desempregado, montou seu barraco debaixo de um pequiheiro e garantiu que não iria sair de lá. Segundo Santos, nem ele nem as outras famílias têm para onde ir. “As autoridades deviam vir aqui e analisar a situação desse pessoal. Não é mandar o senhor Zé Carlos derrubar os barracos da gente que não tem lugar para ir ou morar e que está com a família debaixo do pau”, lamentou Santos. A família de Ocionora Rodrigues da Silva teve seu barraco desmanchado pela prefeitura e todo material usado na construção foi colocado em um caminhão para ser levado para o depósito. Ficaram apenas poucos utensílios que tinha. “Agora não tem jeito, é só ficar aqui, sem barraco. Nós não temos lugar para ir, é só ficar com isto aqui e pronto³.”

Ocupar terrenos públicos que estavam vazios foi e ainda é uma das estratégias de resistência mais comum utilizadas por movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia assegurado. Nessa matéria de 1999 observamos a situação das pessoas em vulnerabilidade habitacional e suas condições sociais, sendo muitas vezes criminalizadas por estarem lutando por seus direitos constitucionais. Já pela denominação de “invasores” observamos que a linha editorial do Jornal do Tocantins está de acordo com uma visão ideologicamente hegemônica de valorização do direito sagrado à propriedade, mesmo que essa propriedade seja do estado e que deveria ser utilizada justamente para resolver um problema coletivo de déficit habitacional. A fala do senhor Antonio, citado na matéria, é importante, pois demonstra que ele está ciente do papel que o estado deveria executar na resolução do problema e não era a repressão policial, mas sim a assistência e garantia do direito à moradia. Divergente da concepção do senhor Antonio temos a reportagem segue com o depoimento da advogada geral de Palmas, Ângela Marquez:

A advogada geral de Palmas, Ângela Marquez, disse que a maioria dos invasores da quinta etapa dos Aurenys, conhecido como Santa Bárbara, são pessoas que vivem deste tipo de negócio. “eles já são donos de lotes, mas vão lá, invadem os lotes públicos na expectativa de ganharem outro para poderem vender depois”. Ela garante que apenas duas famílias que estavam no local, realmente, não tinham lugar para ir. “O município tem uma preocupação com estas pessoas, mas não podemos incentivar as invasões. Nós vamos auxiliar essas duas famílias que não têm onde ir, mas não dando lotes. Elas têm que saber que os lotes custam alguma coisa e que têm que comprar para dar valor”, finalizou Ângela⁴.

³ Jornal do Tocantins. Invasores são expulsos de uma área municipal. Palmas, quinta-feira, 7 de outubro de 1999.

⁴ Idem.

As palavras proferidas pela representante do estado mostram o reforço a uma hegemonia cultural da terra como uma mercadoria dentro de uma ideologia capitalista. Criminaliza os ocupantes sem apresentar qualquer comprovação de suas afirmações com objetivo de desqualificar o movimento e enfraquecer a luta dos que numa posição emergente contrariam e resistem a uma opressão econômica. No início dos anos 1990 o Estado do Tocantins doou lotes em duas quadras a funcionários públicos. A quadra 108 sul ficou conhecida como “quadra dos deputados”, pois foi loteada e doada aos deputados estaduais. Já a quadra 504 sul foi cedida a funcionários públicos de alto escalão, sendo por muitos anos conhecida como a melhor quadra para se morar na cidade, uma zona nobre da cidade. A estes nos parece que não era necessário “comprar para dar valor”.

Na matéria exposta acima fica clara como a cidade é um campo de disputas e lutas em diversas esferas como social, econômica e cultural havendo aproximações e distanciamentos dentre elas. Nesse sentido cabe a colocar na discussão as teorias de outro intelectual do grupo dos Estudos Culturais que é o historiador Edward Palmer Thompson. Para este a exploração pode ocorrer dentre as esferas supracitadas se desdobrando em múltiplas dimensões e não apenas no aspecto econômico. Por isso trataremos aqui discussões que ampliam as possibilidades de interpretação além da visão estruturalista base e superestrutura, entendendo a cidade como uma construção sociocultural. Em uma perspectiva de história “vista de baixo” partimos da experiência vivida dos moradores para entender os processos de transformações da cidade, como também as estratégias e formas de resistência.

Para Thompson as classes sociais e a consciência de classe se formam em consonância com a experiência, em um processo de formação contínuo. Sua tese é apresentada no livro A formação da classe operária inglesa, nele Thompson demonstra que a consciência de classe parte de uma identidade de interesses entre os trabalhadores contra interesses adversários, portanto "o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada pelo sistema fabril." (THOMPSON, 2002. p. 17). Nessa linha de raciocínio não é a falta de moradia que forma a consciência dos sujeitos em vulnerabilidade habitacional, mas sim a construção de uma identidade fortalecida pela busca de garantir o direito à moradia. São nas estratégias de resolução do problema coletivo que se fundamenta a consciência e, assim, ambas interacionadas a experiência.

De acordo com Thompson, a experiência, entendida como uma categoria de análise, “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou muitas repetições do mesmo tipo de

acontecimento.” (THOMPSON, 1981. P.15). As relações conflituosas entre classes divergentes têm no campo cultural um terreno fértil de possibilidades, centralizando conflitos e contradições sociais. É na prática culturas que, por muitas vezes, identificamos uma sensibilidade descolada de mediações, onde o contexto social, as tradições populares e a efetivação da experiência são elementos indispensáveis para uma análise de movimentos sociais, como o Movimento de Luta Pela Moradia.

Ao descolar a cultura de uma análise friamente econômica, como se aquela fosse mero reflexo desta, Thompson questiona uma possível passividade de classes oprimidas e entende a cultura como um elemento dinâmico e uma possibilidade de resistência. Para o intelectual inglês:

Com experiência e cultura estamos num ponto de junção de outro tipo. As pessoas não experimentam suas experiências apenas como ideias ou como instinto proletário. Elas também experimentam suas experiências com sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral⁵.

Existem muitas possibilidades de existência que não se limitam a aspectos econômicos produtivos em relação, por exemplo, ao combate a vulnerabilidade habitacional, mas que adentra outros enfrentamentos como preconceitos e distorções de narrativa.

A primeira década de história da cidade de Palmas, 1990, tem como grande destaque movimentos de ocupações consideradas irregulares pelo poder público. Fato este que conta com certo destaque da mídia local, como essa matéria do Jornal do Tocantins intitulada de “Invasões marcaram primeiros anos da Capital”:

Para tentar conter a favelização da cidade, que já teve problemas graves com invasões de áreas públicas por famílias recém chegadas, o Governo e a Prefeitura mantem firme a determinação de não aceitar que a situação se repita. O alto índice de ocupação ilegal chegou a desestruturar o Plano Diretor. Algumas situações ainda estão vivas na memória dos moradores da região norte, cuja maioria é remanescente de uma antiga invasão, que chegou a ser batizada de “Golfo Pérsico”, numa alusão aos conflitos existentes no local⁶.

A notícia demonstra preocupação com os rumos da cidade e de seu planejamento urbano diante de uma reação de parte da população que luta pelo direito à moradia. Como também

⁵ (THOMPSON, 1981. P.189)

⁶ Jornal do Tocantins. Invasões marcaram primeiros anos de Capital. Jornal d Tocantins. Palmas, domingo, 13 de fevereiro de 2000.

apresenta que a política do estado será repressiva com essas reações e não apresenta nenhuma proposta do poder público para lidar com o problema que não seja a reivindicação da propriedade. O próprio nome que foi batizada a ocupação, Golfo Pérsico, dá uma ideia do quão violentas eram as ações de repressão e resistência na disputa pelo local, só lembrando que nos anos 1990 a região do Golfo Pérsico estava em guerra.

Existem diversas maneiras cotidianas de resistência, nem todas estão ligadas a rupturas permanentes da ordem estabelecida e as armas dos grupos marginalizados nem sempre se resumem à luta armada ou busca por revolução. Fazer “corpo mole”, dissimulação, ignorância fingida são algumas táticas de resistência muito utilizadas contra injustiças, todavia apresentamos aqui as ocupações como forma de ruptura dentro de um planejamento urbano que não incluía indivíduos em vulnerabilidade habitacional. As contribuições de Thompson se fazem importantes quando entendemos também a cultura como um campo de resistência, principalmente na sabedoria empírica da experiência que, por muitas vezes, orienta as estratégias de luta.

Vulnerabilidade habitacional e Longa Duração.

Pensando em alternativas para o fazer historiográfico no século XXI temos nos autores do *Manifesto pela História* Jo Guldi e David Armitage uma defesa para um retorno a uma Longa duração com base no conceito de Fernand Braudel, mas com reformulações significativas. Em um mundo voltado para um *presenteísmo*, os autores propõem que a história seja um árbitro na relação entre passado e futuro.

Por retorno da *longue durée*, entendemos a ampliação das escalas de tempo dos historiadores que nesse livro diagnosticamos e recomendamos. Na última década, nas universidades, o surgimento do *big data* e de problemas de longo prazo como a mudança climática, a governança e a desigualdade, estão causando um retorno às questões sobre como o passado se desenvolveu no curso dos séculos e dos milênios, e o que isso nos diz sobre nossa sobrevivência e prosperidade futura (GULDI/ARMITAGE, 2014, p. 19).

Os autores propõem uma revisão metodológica da longa duração com a finalidade de colocar os historiadores novamente em espaços de decisão. Por sermos os profissionais mais indicados para tratar de questões temporalmente longas podemos propor alternativas futuras para lidar com problemas de amplo espectro temporal como desigualdades sociais, estilos de governança e mudanças climáticas.

Voltando ao início desse texto podemos pensar o problema de vulnerabilidade habitacional numa perspectiva de longa duração já que estruturas de poder centenárias

influenciaram em tomadas de decisão que resultou numa cidade nova, com legislação que garante o direito a habitação ter os mesmo problemas nesse campo que cidades brasileiras seculares. Da mesma forma que a metodologia da História Oral surge na segunda metade do século XX após a invenção do gravador de voz, hoje podemos lidar com o arquivamento digital e com softwares com capacidade de analisar esses big data da forma que historiadores desejarem.

A utilização de big datas é uma nova arma da história para entender problemas que são estudados há muito tempo, mas de certa forma ainda se repetem com argumentos políticos travestidos de argumentos históricos. Ao citarem o exemplo da oposição entre desenvolvimento e preservação do meio ambiente os autores afirmam ser uma discussão falaciosa, pois nunca, na história da humanidade, preservar significou um estancamento de desenvolvimento. Dentro dessa possibilidade afirmam os autores “renovar a conexão entre passado e futuro, e utilizar o passado para pensar criticamente sobre o que está por vir, são instrumentos de que agora precisamos. E os historiadores são os mais qualificados a fornecê-los” (GULDI/ARMITAGE, 2014. p. 23).

O acesso a terra no Brasil não é uma questão recente, como o Tocantins, tampouco natural como vales e chapadas, entender esse processo em uma perspectiva múltipla de temporalidades se faz necessário. Pensar em longa duração esse problema pode fornecer dados de como o estado brasileiro, através de legislação ou negação, utilizou estratégias que dificultaram uma democratização da terra e fomentou um ideal concentrador fundiário. Portanto, uma pesquisa que valorize a problematização dessa concentração latifundiária se torna essencial para questionar estruturas culturais que sustentam o ideal concentrador de terra.

As linhas que seguiram até aqui tiveram como objetivo trazer possibilidades ao fazer histórico do século XXI. Mais do que trazer certezas e métodos herméticos a ideia foi refletir não apenas sobre o papel da ciência histórica, mas o papel social do historiador dentro desse processo. Para isso o fio condutor foi o tempo, ou os tempos, objeto que deveria ser tão caro a profissão, mas que tenha sido engessado na própria concepção moderna de história. Sendo essa concepção revista por diversas formas, mas em especial o entendimento do tempo é algo ainda difuso dentro do processo de produção de conhecimento histórico.

Considerações finais

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente

são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebemos que a realidade sócio histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é através da coletividade, dar sentido as práticas, inclusive de resistência, unem as pessoas em horizontes semelhantes, os identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

Referências

EGLEATON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP; Boitempo, 1997.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. V.2. Lisboa: Ed. Presença, 1973.

LANGARO, Jiani Fernando. **Cidade, trabalhadores e história oral: apontamentos sobre as muitas memórias da formação de Toledo-PR (1940-1990)**. TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE), v. 21, p. 402-433, 2017.

_____ **Espaço, Região e História Social**. Revista Percurso (Online), v. 1, p. 23-48, 2009.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas**. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: árvore da liberdade. 4. ed.v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ **A Formação da classe operária inglesa**: a maldição de adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.